

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Especial



A Escola

*Programa Educação Inclusiva:
Direito à Diversidade
Brasília 2004*

3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Especial

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A ESCOLA

Brasília - 2004

Série: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. A Fundamentação Filosófica
2. O Município
- 3 A Escola
- 4 A Família

FICHA TÉCNICA**Coordenação Geral**

Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação

Organização

Maria Salete Fábio Aranha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

E24e Educação inclusiva : v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
26 p.

1. Educação inclusiva. 2. Educação infantil. 3. Administração escolar. I. Brasil. Secretaria de Educação Especial. II. Aranha, Maria Salete F.. III. Título

CDU: 37.014.53
376.014

UM NOVO TEMPO

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens: meninas e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências.

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

Em 2003, o Brasil começa a construir um novo tempo para transformar essa realidade. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, assume o compromisso de apoiar os estados e municípios na sua tarefa de fazer com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade.

Este compromisso se concretiza com a implementação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Temos por objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias - no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros.

Estes Referenciais que acompanham o programa se constituem em importantes subsídios que abordam o planejamento da gestão da educação. Os textos apresentam a gestão sob diferentes enfoques: o papel do município, o papel da escola e o papel da família, desenvolvidos a partir de uma fundamentação filosófica que afirma uma concepção da educação especial tendo como pressuposto os direitos humanos.

Queremos fazer com que todas as pessoas que integram as comunidades escolares brasileiras estejam mobilizadas para a mudança. Queremos fazer com que todos os municípios de nosso País tenham um Plano de Educação inclusivo, construído democraticamente.

Vamos juntos, fazer com que a escola brasileira se torne um marco desse Novo Tempo, e ajude a fazer do Brasil um País de Todos!

Claudia Pereira Dutra
Secretária de Educação Especial

Í N D I C E

A ESCOLA	07
O Projeto Político-Pedagógico	09
A Gestão Escolar	13
A Coordenação Pedagógica	13
 INDICADORES	 14
100% da população de 0-14 anos de idade encontram-se matriculados	14
100% da população de 0-14 anos, da região atendida pela escola, freqüentam as aulas regularmente	15
Ações conjuntas com órgãos/instituições/setores da comunidade para identificar demanda oculta (pessoas de 0-14 anos que não estão freqüentando a escola)	15
Convênios de cooperação com demais setores da comunidade (Saúde, Assistência Social, Transportes, Urbanismo, Cultura, Lazer, Esportes, Empresas, Conselho Tutelar, Conselho de pessoas com deficiências, comunidades religiosas, etc.), para atender necessidades de seus alunos	16
Projetos em parceria com instituições financiadoras da comunidade	16
Participação da comunidade no cotidiano da instituição, por meio de projetos	17
O Conselho de Escola está formalmente constituído	17
O Conselho de Escola é atuante e participativo na vida da escola	17
Oferta regular de programas para a família (escola de pais, pais fazendo arte, etc.)	18

Compromisso com o processo de identificação de necessidades educacionais de seus alunos	18
Processo de desenvolvimento de estudo de caso	19
Processo formal de identificação das flexibilizações curriculares necessárias para atender ao conjunto de necessidades educacionais especiais dos alunos	19
Plano de Implementação das adequações de grande porte (com metas a curto, médio e longo prazos)	20
Acessibilidade garantida em todas as dependências	21
A escola adota como política educacional a garantia do acesso ao conhecimento para todos	21
Respostas às necessidades educacionais especiais	22
Sistemática formal de suporte para o professor	22
O acesso do professor ao sistema de suporte disponível	23
QUADRO DE INDICADORES	24

A ESCOLA

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional.

A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica.

Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Sabemos que as escolas públicas geralmente fazem parte de uma rede, o que, historicamente, as manteve em situação de dependência administrativa, funcional e mesmo pedagógica, limitadas na autonomia e controladas sob mandatos. No que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, durante muito tempo, às ações internas das salas de aula.

Tal situação, na realidade, limitou e até mesmo impediu o desenvolvimento de ações coletivas compromissadas com o cuidado individualizado que a educação de cada aluno requer.

A construção da escola inclusiva exige mudanças nessa cultura e nas suas conseqüentes práticas.

Perrenoud (2000)¹ aponta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo, no contexto educacional: a limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela conseqüente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração

¹ Perrenoud, P. Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença freqüente da prática autoritária da direção, ou coordenação do ensino.

Tais dificuldades somente poderão ser eliminadas por meio da convicção de que a escola precisa mudar, da vontade política de promover mudança e a construção de novas formas de relacionamento, no contexto educacional, levando em conta o potencial e o interesse de cada aluno.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de idéias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico.

O processo de mudança tem um ponto decisivo por onde iniciar: a construção do projeto político-pedagógico da escola.

O Projeto Político-Pedagógico

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer.

É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e adolescentes da comunidade.

Seu desenvolvimento requer reflexão, organização de ações e a participação de todos - professores, funcionários, pais e alunos, num processo coletivo de construção. Sua sistematização nunca é definitiva, o que exige um planejamento participativo, que se aperfeiçoa constantemente durante a caminhada.

Nenhuma escola poderá alcançar objetivos significativos, para os alunos e para a comunidade na qual se encontra inserida, se não tiver um projeto que norteie e dê suporte para a ação de cada um de seus agentes.

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos.

Ao participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, a ação de cada ator social que nela se encontra adquire novo significado, porque se passa a conhecer o que fazer, porque fazer, para que, para quem fazer e como fazer.

São vários os passos a serem seguidos na construção do projeto político-pedagógico. Em linhas gerais, deve-se iniciar por algumas reflexões filosóficas e sociopolíticas, como por exemplo:

- O que entendemos por Educação?
- Qual o papel e a função da escola na formação do cidadão?
- Qual o contexto político, econômico e social em que está inserida essa escola?
- Qual a função social dessa escola?
- Que contribuição essa comunidade espera/precisa dessa escola?
- Que resultados essa escola tem mostrado a essa comunidade?
- Como é a relação dessa comunidade com a escola?
- Como tem sido a participação da comunidade no cotidiano escolar?
- Como tem sido a participação dos pais no cotidiano escolar?

Estas reflexões têm por objetivo favorecer, à comunidade escolar, a compreensão da função social da escola, seu papel e seus objetivos para que possa ser construído o projeto político-pedagógico. Seguem, abaixo, algumas questões que podem nortear a reflexão nesta etapa:

- Que cidadãos queremos formar?
- Que tipo de comunidade essa escola deseja desenvolver?
- Partindo dos pressupostos acima, qual a missão dessa escola?

- Que perfil essa escola precisa adquirir para cumprir com essa missão?
- Que tipo de gestão escolar precisa, para cumprir com essa missão?
- Com que tipo de profissionais precisa-se contar?
- Como deve ser a formação continuada dos professores?
- Quais as expectativas do gestor, dos professores, dos funcionários, dos pais e dos alunos, quanto ao trabalho da escola?

Obtidas respostas coletivas para questões como as acima apresentadas, o trabalho deve caminhar para o passo seguinte, representado pela seguinte questão: o que temos? (diagnóstico). Neste momento, o coletivo precisa analisar a situação da escola, tal como ela se encontra. Este passo é importante para que se possa entender a que distância a escola se encontra do alcance dos objetivos para ela estabelecidos. Exemplos de questões que devem ser discutidas:

- Como está estruturada essa escola?
- Como é praticada a gestão escolar?
- Como é o fazer-pedagógico cotidiano?
- No que se baseia o processo de elaboração dos planos de ensino?
- Como são entendidas e tratadas as questões metodológicas?
- Adota-se o ensino fragmentado ou o ensino por projetos?
- O olhar para o aluno é individualizado?
- A escola conta com procedimentos formais e sistemáticos de suporte para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais?
- Como são administrados os problemas encontrados no processo de ensino e aprendizagem?
- A Coordenação Pedagógica encontra-se presente e atuante no cotidiano das diferentes classes?
- A Coordenação Pedagógica dá suporte efetivo aos professores?
- A Coordenação Pedagógica coordena ações cooperativas entre os diferentes conteúdos curriculares?
- Como é tratada a formação continuada dos professores?
- Como se caracteriza o envolvimento dos diferentes atores nas atividades da escola?
- O coletivo da escola funciona enquanto equipe, com objetivos comuns e práticas construídas em conjunto?

- Como entendemos a avaliação? Que objetivos ela tem? Ela é tida como um recurso para entender os problemas existentes na relação de ensino e aprendizagem ou como instrumento para classificar os alunos?
- Com que profissionais contamos?

Nesta fase, mais importante que descrever a prática, é refletir sobre sua sistemática e consequências, à luz dos princípios e objetivos adotados para a escola.

Isto feito, o próximo passo da elaboração do projeto político-pedagógico é identificar o que deve ser feito para se ajustar o fazer da escola, de forma que os objetivos para ela postos possam ser alcançados: como caminhar nessa direção (planejamento – o mapa do caminho a ser percorrido).

Neste momento do processo é que se devem planejar os passos concretos a serem adotados nos aspectos sociopolíticos, administrativos e didático-pedagógicos, para concretamente diminuir a distância entre o que se quer e o que se tem. O produto desse processo coletivo de construção deve ser registrado em documento formal, norteador da vida escolar durante o ano letivo.

Segue abaixo uma sugestão de itens que deverão compor a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico:

1. Caracterização sociopolítica da escola
2. Caracterização estrutural da escola
3. Caracterização funcional da escola
4. Caracterização da comunidade na qual a escola se encontra inserida
5. Caracterização da demanda
6. Caracterização das necessidades educacionais da demanda
7. Princípios
8. Objetivo geral
9. Objetivos específicos
10. Estratégias de ação:
 - Políticas
 - Administrativas
 - Didático-pedagógicas

11. Metodologia de ensino

- Para construção de conhecimento
- Para formação de competências

12. Metas quantitativas e qualitativas

13. Avaliação

- Indicadores quantitativos
- Indicadores qualitativos

A Gestão Escolar

A direção de uma escola tem um papel fundamental na condução da prática educacional, tendo por horizonte os princípios, objetivos e metas estabelecidos no projeto político-pedagógico. A ela cabe promover a mobilização dos professores e funcionários e a constituição do grupo enquanto uma equipe que trabalhe cooperativa e eficientemente.

A direção de uma escola precisa ser dinâmica, comprometida e motivadora para a participação de todos os atores sociais. Ela necessita saber delegar poderes e estimular a autonomia, valorizando a atuação e a produção de cada um. Ela precisa ser uma figura presente, ponto de referência da personalidade e missão da escola. Precisa, também, ser respeitosa nas relações interpessoais, inclusive nas ocasiões em que tem que promover ajustes no percurso de cada agente.

Outro papel importante da direção é exercer liderança na comunidade. Trazer as famílias e demais setores da comunidade para dentro da escola, promove, em todos, o sentido da responsabilidade e do cuidado de um bem que é de todos. Contar com a participação da família e da comunidade, fortalece a segurança e faz com que a escola caminhe na direção de cumprir com sua missão e persiga nos seus diferentes objetivos.

A Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica é de fundamental importância no percurso da escola pelos caminhos planejados. Seu trabalho não pode ser executado em ga-

binete, mas sim, na realidade do cotidiano das salas de aula. Ela precisa ser ativa e presente em todas as instâncias da escola. É ela que vai promover a unidade da equipe na busca do sucesso didático-pedagógico da escola, fazendo a mediação entre as diversas áreas do conhecimento e entre os diferentes profissionais.

No trabalho por projetos, cabe à Coordenação Pedagógica coordenar a elaboração dos projetos e buscar, nas demais instituições da comunidade (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade da realização de parcerias e convênios de cooperação.

Para que a educação efetivamente cumpra com seu papel de reflexão crítica sobre a sociedade e de favorecimento do exercício da cidadania, a escola precisa parar para refletir, analisar e planejar. Precisa, também, desenvolver a prática da avaliação contínua e da promoção de ajustes de percurso, sempre tendo como horizonte o projeto político-pedagógico.

INDICADORES

Indicadores são elementos que permitem identificar como se encontra um determinado fenômeno, quando comparado com a situação desejada. Por exemplo, pretende-se que o sistema educacional brasileiro se torne inclusivo, ou seja, que todas as escolas reconheçam a diversidade que caracteriza seus alunos, respeitem essa diversidade e respondam às necessidades educacionais de cada aluno.

Para saber se sua escola já alcançou esse objetivo ou em que momento do processo de transformação ela se encontra, os indicadores abaixo têm como objetivo favorecer a compreensão do significado de cada um.

100% da população de 0-14 anos de idade encontram-se matriculados.

A legislação brasileira garante, a todas as crianças e adolescentes de 0-14 anos, o direito de matrícula no sistema regular de ensino. Este é um passo

fundamental para a transformação do sistema educacional, já que formaliza, como direito, a universalização da educação básica.

Toda escola localiza-se em uma determinada região geográfica, à qual deve atender por meio de seus serviços educacionais. A garantia da universalização do ensino torna-se muito mais efetiva, portanto, se cada escola atender à totalidade da população que lhe cabe, nessa região específica.

Embora não seja o único, o primeiro passo importante para que uma escola se torne inclusiva é garantir que todas as crianças e adolescentes dessa faixa etária, residentes nessa região, nela sejam efetivamente matriculadas.

100% da população de 0-14 anos, da região atendida pela escola, freqüentam as aulas regularmente.

Garantir a matrícula a todas as crianças e jovens é essencial para o acesso à educação, mas não é suficiente, por si só, para garantir o acesso ao conhecimento. Todo aluno matriculado deve estar freqüentando a escola regularmente, para que possa efetivamente participar do processo educacional. Assim, é importante que a escola desenvolva estratégias para favorecer com que todos freqüentem as aulas regularmente.

Ações conjuntas com órgãos/instituições/setores da comunidade para identificar demanda oculta (pessoas de 0-14 anos que não estão freqüentando a escola).

Para que a escola realmente cumpra com sua função social, não basta somente receber a matrícula de alunos que a procuram, já que são muitas as crianças e jovens que sequer o fazem.

Assim, é dever da escola encontrá-las e trazê-las para o sistema. Para tanto, pode contar com diferentes fontes de informação demográfica existentes na própria comunidade: Programa de Saúde da Família / Programa de Agentes

Comunitários (PSF/PAC), Núcleo de Apoio à Família (NAF), rede hospitalar, Pastoral da Criança, Associação de Moradores, etc.

Cabe à direção da escola identificar os recursos existentes na comunidade, na qual se encontra inserida, que podem contribuir com o processo de identificação da demanda oculta.

Uma vez identificados, a direção da escola deve fazer contatos, visando o desenvolvimento de parcerias, convênios ou quaisquer outras formas de ação conjunta, tendo como objetivo específico trazer todas as crianças e adolescentes para a vida escolar.

Convênios de cooperação com demais setores da comunidade (Saúde, Assistência Social, Transportes, Urbanismo, Cultura, Lazer, Esportes, Empresas, Conselho Tutelar, Conselho de pessoas com deficiências, comunidades religiosas, etc.), para atender necessidades de seus alunos.

Para que toda criança seja atendida educacionalmente e possa usufruir do direito de acesso ao conhecimento que lhe é garantido por lei, deve-se assegurar a ela o atendimento de todas as suas necessidades de alimentação, de prevenção de doenças e de promoção da saúde integral, de transporte, de lazer, de esportes, etc. Para que isso possa lhe ser favorecido, é importante que a escola adote procedimentos de atenção a essas necessidades e de encaminhamento para outros setores, cujas competências lhes possam servir.

Projetos em parceria com instituições financiadoras da comunidade.

O ensino por meio de projetos requer, muitas vezes, que sejam captados recursos externos aos do sistema educacional. O financiamento de projetos implica o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento e de formação de suas crianças e adolescentes.

Este envolvimento pode ser conseguido tanto a partir de iniciativas da escola, como de iniciativas da própria comunidade. Para que ele ocorra, entretan-

to, há que se desenvolver, no sistema educacional, a cultura e a prática da elaboração de projetos claros, objetivos e funcionais, apresentados formalmente e com fundamentação técnico-científica.

Como esta é uma prática mais recente em nosso contexto educacional, muitas vezes tem sido subutilizado, constituindo-se, portanto, em uma área que necessita de especial atenção, tanto na formação de educadores, como na gestão educacional.

Participação da comunidade no cotidiano da instituição, por meio de projetos.

A participação da comunidade na vida cotidiana da escola, não pode ser uma simples manifestação retórica ou uma prática aberta a iniciativas aleatórias. Ela deve ser organizada formalmente, a partir de projetos específicos, que contenham objetivos claros, métodos e procedimentos que avaliem seus resultados e impacto para a formação dos alunos.

A participação da comunidade no cotidiano da instituição promove o senso de responsabilidade com a escola, bem como com o processo de educação das crianças, dos jovens e adultos nela residentes.

O Conselho de Escola está formalmente constituído.

O Conselho da Escola tem por função analisar o conjunto de necessidades da comunidade escolar, à luz das diretrizes e metas nela e para ela estabelecidas, direcionar o conjunto de ações educacionais e acompanhar o cumprimento do projeto político-pedagógico. Sendo assim, é de grande importância que seja formalmente constituído, em toda escola.

O Conselho de Escola é atuante e participativo na vida da escola.

Considerando sua importância para o acompanhamento e regulação do funcionamento da escola, não basta que esteja formalmente constituído,

mas sim, que efetivamente participe da vida escolar e nela atue, com regularidade.

Oferta regular de programas para a família (escola de pais, pais fazendo arte, etc.)

A participação da família na vida escolar de seus filhos promove a relação de pertencer ao grupo social, desenvolvendo o senso de responsabilidade com o processo educacional, bem como o senso de responsabilidade com a integridade do equipamento público.

Quando a família dispõe de meios efetivos de participação ativa e regular na vida da escola, gradativamente constrói a consciência de que a escola é um bem público que também é seu.

Assim, geralmente desenvolve afetividade com relação à escola, assume maior responsabilidade com relação ao processo educacional de seus filhos e por conseqüência, passa a cuidar bem da escola. Além disso, a possibilidade de participar de programas educativos faz, dos familiares, membros efetivos da comunidade escolar.

Cada escola tem a responsabilidade de elaborar projetos que visem alcançar e atender necessidades das famílias de seus alunos, possibilitando essa aproximação e favorecendo seu envolvimento. Esses projetos devem ter como objetivos atender necessidades mais freqüentes nas famílias de seus alunos, como por exemplo: capacitação para geração de renda, capacitação para auto-gestão, capacitação para conhecimento da legislação, dentre outros.

Compromisso com o processo de identificação de necessidades educacionais de seus alunos.

Com o objetivo de garantir, a todas as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades

educacionais presentes no seu alunado. Há que se identificar tais necessidades, para que se possa planejar os passos posteriores, do atendimento a essas necessidades.

Insiste-se na formalização dos procedimentos, porque entende-se que não se pode deixar para a iniciativa do professor fazê-lo ou não. É responsabilidade do sistema, e neste caso, da escola, garantir que as necessidades educacionais de todos os seus alunos sejam identificadas e atendidas, o que só pode ser alcançado se esta meta fizer parte da política educacional e objeto específico da prática educacional.

Processo de desenvolvimento de estudo de caso.

Os casos que implicarem sérios problemas no processo de ensino e aprendizagem, necessitam ser submetidos a uma avaliação mais minuciosa, na busca da identificação e do atendimento das necessidades educacionais do aluno.

Cabe à escola prever o encaminhamento para estudo de caso, bem como o conjunto de procedimentos a serem adotados pelo professor, pela Coordenação Pedagógica, pela Direção, pelo professor especialista, pela família e demais envolvidos, para a análise do processo e planejamento das providências necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno.

Há que se prever que tais ações sejam sistematizadas, regulamentadas, de forma a serem incorporadas na prática educacional regular da escola.

Processo formal de identificação das flexibilizações curriculares necessárias para atender ao conjunto de necessidades educacionais especiais dos alunos.

Com relação à proposta pedagógica cabe apontar a importância das flexibilizações curriculares para viabilizar o processo de inclusão. Para que possam ser facilitadoras e não dificultadoras, as adequações curriculares necessitam ser pensadas a partir do contexto grupal em que se insere determinado

aluno. As adequações se referem a um contexto e não à criança, ao particular ponto de encontro que ocorre em sala de aula, que convergem a criança, sua história, o professor, sua experiência, a instituição escolar, o plano curricular, as regulamentações, as expectativas dos pais, entre outros. Assim, não é possível pensar em adequações gerais para crianças em geral. As flexibilizações curriculares devem ser pensadas a partir de cada situação particular e não como propostas universais, válidas para qualquer contexto escolar. As adequações feitas por um determinado professor para um grupo específico de alunos só são válidas para esse grupo e para esse momento.

Na medida em que são pensadas a partir do contexto e não apenas a partir de um determinado aluno, entende-se que todas as crianças podem se beneficiar com a implantação de uma adequação curricular, a qual funciona como instrumento para implementar uma prática educativa para a diversidade. As adequações curriculares devem produzir modificações que possam ser aproveitadas por todas as crianças de um grupo ou pela maior quantidade delas.

Cabe salientar, ainda, que além de não serem generalizáveis, as adequações curriculares devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais das áreas da educação e da saúde.

Plano de Implementação das adequações de grande porte (com metas a curto, médio e longo prazos).

Após identificadas as adequações que deverão ser implementadas, há que se planejar o processo de implementação.

Lembrando que as adaptações curriculares de grande porte são aquelas que implicam decisão política e gerenciamento de verba, a direção da escola deve desenvolver ações junto à Secretaria de Educação, solicitando sua implementação. A solicitação deve se constituir da descrição das adequações, da justificativa quanto a sua necessidade e da descrição dos efeitos que estas terão para o acesso do aluno à aprendizagem.

Caso o custo para implementar todas as adequações necessárias ultrapasse as possibilidades orçamentárias do momento, recomenda-se que se elabore um plano formal de implementação, com metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazos.

Deve-se, ainda, enfatizar que, mesmo nos casos em que somente algumas adequações possam ser realizadas de imediato, o plano de implementação deve ser considerado, por ocasião da elaboração do plano orçamentário do município no ano seguinte e ser rigorosamente seguido, respeitando-se os prazos estipulados para as diferentes metas.

Acessibilidade garantida em todas as dependências.

A acessibilidade física é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino, já que ela garante a possibilidade, a todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades.

A NBR 9050 define e descreve as normas de acessibilidade que devem ser respeitadas no Brasil. Toda escola, por força da lei, deve a ela obedecer.

A escola adota como política educacional a garantia do acesso ao conhecimento para todos.

As escolas devem, em concordância com a legislação federal e com as legislações estaduais e municipais acerca da educação, assumir, formalmente, como política educacional, a garantia, para todos, do acesso ao conhecimento. Esta decisão é política e tem implicações práticas, tanto no âmbito financeiro, como no administrativo e no técnico-científico. Dada sua importância, deve ser submetida à aprovação do Conselho da Escola, providência que só pode fortalecê-la.

O fato de o compromisso político estar explícito e formalmente firmado junto ao Conselho da Escola, proporciona maior direcionamento às ações da

administração escolar, da equipe técnica, dos educadores, das famílias e comunidade, de maneira geral.

Respostas às necessidades educacionais especiais.

A existência de necessidades educacionais especiais para o acesso ao conhecimento, requer o oferecimento de respostas de vários tipos:

- Disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino de alunos surdos.
- Disponibilidade de professor de braille para favorecer o ensino de alunos cegos.
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos cegos (reglete, sorobã, livro didático em braille, máquina de datilografia em braille, computador, softwares especializados para deficiência visual, tais como leitores de tela.
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos com baixa visão (lupa, livros didáticos com letras ampliadas, etc).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral.
- Disponibilidade de outros recursos didáticos para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral (dicionários da língua brasileira de sinais - LBS e outros).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais para o ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Disponibilidade de mobiliário adaptado para os alunos com dificuldades motoras.

A escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento.

Sistemática formal de suporte para o professor.

Todo professor necessita de suporte técnico-científico, como interlocutor em um processo de reflexão crítica sobre a prática cotidiana de ensino.

O acesso a esse suporte precisa ser garantido pela escola, evitando assim, que dependa da iniciativa particular e pessoal do professor.

O suporte para o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ser ministrado pela Coordenação Pedagógica (ou equipe técnica, quando contar com uma), a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor. A Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade.

Outra fonte importante de suporte para o professor do ensino regular é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, que deverá contribuir com seus conhecimentos sobre recursos e métodos para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

O acesso do professor ao sistema de suporte disponível.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado na escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa pessoal.

A busca por iniciativa pessoal sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação.

INDICADORES *	SIM	NÃO	Caso a resposta seja negativa, descreva: 1) A realidade atual 2) As providências a serem adotadas para o alcance das metas
100% da população de 0-14 anos de idade encontram-se matriculados?			
100% da população de 0-14 anos, da região atendida pela escola, freqüentam as aulas regularmente?			
A escola mantém ações conjuntas com órgãos/instituições/setores da comunidade para identificar demanda oculta (pessoas de 0-14 anos que não estão freqüentando a escola)?			
A escola mantém convênios de cooperação com demais setores da comunidade (Saúde, Assistência Social, Transportes, Urbanismo, Cultura, Lazer, Esportes, Empresas, Conselho Tutelar, Conselho de pessoas com deficiências, comunidades religiosas, etc.) para atender necessidades de seus alunos?			
A escola mantém projetos em parceria com instituições financiadoras da comunidade?			

INDICADORES *	SIM	NÃO	Caso a resposta seja negativa, descreva: 1) A realidade atual 2) As providências a serem adotadas para o alcance das metas
A escola estimula a participação da comunidade no cotidiano da instituição, por meio de projetos?			
O Conselho de Escola está formalmente constituído?			
O Conselho de Escola é atuante e participativo na vida da escola?			
A escola oferece regularmente programas para a família (escola de pais, pais fazendo arte, etc.)?			
A escola está comprometida com o processo de identificação de necessidades educacionais de seus alunos?			
A escola conta com um processo formal e regulamentado para o desenvolvimento de estudo de caso?			
A escola conta com um processo formal de identificação das flexibilizações curriculares necessárias para atender ao conjunto de necessidades educacionais especiais dos alunos?			

INDICADORES *	SIM	NÃO	Caso a resposta seja negativa, descreva: 1) A realidade atual 2) As providências a serem adotadas para o alcance das metas
A escola conta com um plano de implementação das adequações de grande porte (com metas a curto, médio e longo prazo)?			
A escola tem acessibilidade garantida em todas as dependências?			
A escola adota, como política educacional, a garantia do acesso ao conhecimento para todos?			
A escola procura dar respostas às necessidades educacionais especiais?			
A escola conta com uma sistemática formal de suporte para o professor (quem faz, o que faz e como faz)?			
A escola conta com um procedimento de acesso do professor ao sistema de suporte disponível?			

* Você pode responder sim, quando a afirmação (indicador) descrever uma situação já existente. Deverá responder não, quando a afirmação ainda não puder ser aplicada para descrever a situação em seu município. No caso da resposta ser negativa, será interessante que você apresente uma afirmação que descreva efetivamente a situação real de seu município. Este procedimento poderá ajudá-lo a identificar o que ainda deverá ser feito para que seu município se torne inclusivo.

